

DEBATE

Comentário de um participante - Queria felicitar o Sr. Conde de Calheiros porque apresentou um conjunto de conclusões que são verdadeiramente nevrálgicas para o sector. Queria felicitar, também, todos os membros da mesa pelas intervenções que fizeram que foram notáveis pelo empenhamento que representam por parte do Estado para o apoio a este sector. Mas queria levantar um problema pontual que gostaria ver respondido porque, segundo creio, a nossa legislação deixa cair por terra muitas das nossas boas intenções já que é omissa a esse respeito. Estou a referir-me ao caso das estufas que os lavradores podem montar em qualquer sítio, perturbando e causando dissonâncias no plano ambiental que podem colocar por terra todas as intenções de quem investe. Conto o meu caso: nos últimos três anos decidi investir, sem recorrer a nenhum apoio, na reabilitação de uma velha casa de 1720 e gastei milhares de contos. Foi-me exigido na Câmara Municipal da área a apresentação de um projecto arquitectónico que foi aprovado e, depois, foi-me exigido um projecto de betão armado, um projecto de isolamentos térmicos, um projecto de telefones, um projecto de electricidade, um projecto de águas e saneamento e uma autorização dum poço e de uma fossa. Depois de um ano e meio, fui informado que o projecto estava aprovado. Comecei a executar a obra e quando estava quase a terminar tive conhecimento que um vizinho tencionaria plantar estufas para a agricultura intensiva mesmo ao lado da minha casa. Aguardei pelas terraplanagens e, então, dirigi um ofício à Câmara, reclamando, perguntando se havia autorização e apontando aspectos que essa agricultura intensiva vinha causar nos terrenos subjacentes e no impacto ambiental que traria para aquela zona que era a margem de um rio com trilhos pedestres e moinhos da época de 1700 e que eu me propunha restaurar. Até hoje ainda não recebi qualquer resposta da Câmara Municipal e a informação que me chega por portas travessas é que a autarquia não tem maneira de actuar sobre estes casos porque as estufas são instalações móveis que não dependem da aprovação das Câmaras. Isto é incrível. Muito obrigado.

Pergunta do Eng.º Sampaio Nunes – Gostava de felicitar o Presidente da Direcção da TURIHAB, Eng.º Francisco Calheiros, por esta iniciativa. Houve dois momentos que marcaram a nossa longa vida de Turismo de Habitação (há 20 anos que o Solar da Vacariça faz TH) e que deram origem a um salto qualitativo em termos de procura: um diz respeito à nossa filiação na TURIHAB; o outro ocorreu em 1998 com a Expo. Espero, por isso, que aconteça o mesmo com o Euro 2004.

Gostava de sublinhar uma das questões que o Eng.º Calheiros dirigiu ao Eng.º Marques dos Santos no que respeita à continuação dos financiamentos. Lembro que o antecessor do Eng.º Marques dos Santos, por acaso proprietário de um dos Solares mais bonitos de Portugal que continua sem fazer Turismo de Habitação, pensou que não se deveria fazer este tipo de investimentos porque as taxas de ocupação eram baixas. Penso que esta foi uma decisão terrível. Ainda bem que os investimentos voltaram porque a porque, actualmente, há uma grande procura destes investimentos que envolve um esforço enorme por parte dos empresários.

Quando se fala em reformulação do regime legal ficamos sempre apreensivos já que não sabemos o que nos espera. Fiquei animado com o que foi dito em termos da simplificação da legislação, mas continuo apreensivo com o que aparece nos meios próximos ao Instituto, dizendo que há o risco de, no futuro, a bonificação que corresponde ao património de Casas de interesse concelhio, possa desaparecer para beneficiar apenas o património de interesse nacional, ou seja, apenas Pousadas e um número reduzido de Casas. Isto significa o desaparecimento de cerca de 90% das

candidaturas das Casas que têm enormes encargos para a sua manutenção e que sem o investimento poderiam correr o risco de não ter viabilidade económica. Uma decisão deste tipo seria catastrófica em termos da recuperação do património.

Como trabalho em Bruxelas, posso adiantar que a informação que corre na Comissão é que vai continuar a haver fundos estruturais, a partir de 2006, na mesma ordem de grandeza daqueles que beneficiamos, mau grado o alargamento.

Resposta – Dr. Emanuel Marques dos Santos, Presidente do Fundo Turismo – O actual Governo tem já resolvida a substituição do Programa Operacional de Economia por um outro designado por Programa de Modernização e Incentivos à Economia Portuguesa. Tendo sido esta reorganização, já, aprovada quer pelo Governo Português quer pelas autoridades comunitárias, brevemente surgirá um conjunto de diplomas que estão a ser preparados e que visam a adaptação de todos os sistemas de incentivos ao novo programa. É neste contexto que o diploma que regulamenta o SIVETUR poderá vir a sofrer alterações. É, no entanto, demasiado cedo especular sobre as alterações que este programa de sistema de incentivos possa vir a ter. Mas posso emitir uma opinião pessoal: se me fosse perguntado se havia razão de alterar a actual situação do SIVETUR de forma a limitar os apoios que estão previstos relativamente a edifícios classificados, eu diria que sim. Vale a pena, pelo menos, reflectir tendo em atenção a experiência que temos tido nos últimos três anos. É que esta tipologia de empreendimentos é definida pelas autarquias o que provoca uma enorme diferença nos critérios da classificação, até porque em Portugal existem mais de 305 Câmaras Municipais. Deve haver, portanto, uma maior afinção no que se refere à classificação de empreendimentos e vale a pena distinguir o proprietário de um edifício e empresário do sector do turismo. É que nem todos os proprietários têm condições para ser empresários.

Comentário – Gostaria de destacar duas intervenções: a do Sr. Presidente do Fundo do Turismo, mas acrescentando que o Turismo de Habitação é um produto típico que não pode ser financeiramente comparado a outro tipo de investimentos como é o “MacDonalds” onde tudo é sistematizado: a outra intervenção que gostaria de destacar é a da Dr.^a Madalena Torres já que falou nos perigos que corre o Turismo de Habitação. Recordo as dificuldades que tivemos de vencer para chegar até aqui, e recordo em especial a batalha que travei na minha aldeia contra os sinos que tocavam de 15 em 15 minutos. Consegui vencer esta batalha, mas os problemas não são só estes: depois do Paço de Calheiros, a imagem mais divulgada é o Moinho de Estorãos, mas, e apesar de ser uma imagem do Turismo de Habitação, é impenetrável. Não sei se por obra da Câmara, da Adril, do programa LEADER, ou o que quer que seja, foi feita uma praia fluvial que tornou insuportável o Moinho de Estorãos. É impossível estar lá devido ao barulho, à má criação das pessoas que por ali teimam aparecer. Mas a tragédia não acaba aqui: está a ser construído o IP9 que terá um nó em Estorãos. É o fim. Já tenho feito diligências para que se resolva este problema sem ter qualquer resposta. É que o actual traçado prevê dois nós a quatro quilómetros de distância, três nós em nove quilómetros e quatro nós em catorze quilómetros. Isto é a destruição do turismo.

Quero afirmar perante esta assistência que isto é um escândalo e que para a zona envolvente está prevista a construção de um aglomerado habitacional. Mais do que ao turismo, esta situação vai atingir uma aldeia magnífica que tinha muita qualidade de vida sem estar desertificada.

Comentário de D. Maria Luísa, Casa de Rodas – Os hóspedes queixam-se de não poder consultar um Guia oficial do Turismo de Habitação já que não encontram exemplares. Penso que seria vantajoso disponibilizar aos Postos de Turismo uma maior quantidade destas publicações.

Resposta do Dr. Rui Valente, Director Geral do Turismo – Cada edição que é feita deste Guia é sujeita a uma forte divulgação que contempla os Postos de Turismo. Este ano inovou-se e introduzimo-lo no circuito comercial, mais concretamente na FNAC onde, durante algumas semanas, esteve nos 30 mais vendidos. Esta é uma diferença em relação a anos anteriores em que, inclusivamente, havia sobras o que é lastimável. De qualquer forma vamos verificar qual foi a difusão junto dos Postos de Turismo porque este tipo de instrumentos são úteis quando estão nos locais certos.

Comentário de Paulo Santos da Cunha, promotor turístico – Vinte anos da TURIHAB querem dizer alguma coisa, ou seja, que temos uma associação para o futuro e que muito se deve à liderança do Sr. Conde de Calheiros. Subscrevo o discurso do Sr. Eng.º Calheiros quando diz que é necessário simplificar a legislação, simplificar os processos de certificação, é necessário apostar nos *Solares de Portugal* e há que ter atenção na questão da fiscalidade. Queria lançar um repto: o Governo poderia olhar com bons olhos para o TER e, porque não, incentivar os portugueses a fazerem “férias cá dentro”, financiando ou permitindo deduções no IRS, estimulando, assim, férias de qualidade e eliminando destinos de qualidade duvidosa como é o caso do Brasil, Cuba, etc.

Comentário de Dr. Agostinho Peixoto, Região de Turismo do Verde Minho – Parabéns pelo vigésimo aniversário da TURIHAB e pelo contributo que tem dado em prol do desenvolvimento de TER. Há muito bom TER no Minho, mas infelizmente não é a maior parte. Há edifícios com pouca qualidade ao nível das instalações, ao nível do atendimento e nem todos os proprietários têm capacidade para serem empresários do turismo, como disse, e bem, o Dr. Emanuel Marques dos Santos.

O Dr. Rui Valente esqueceu-se de falar na taxa de ocupação média do TER em Portugal para assim termos acesso à colocação do TER na oferta turística nacional. Ficaríamos a saber que anda á volta dos 19%. Também não falou nos Hotéis Rurais que são empreendimentos de TER e são geridos por famílias. Trata-se de uma alternativa interessante do ponto de vista da rentabilidade do projecto.

Não tenho nada contra quem aposta no TER, mas já não posso dizer o mesmo quando se trata do apoio financeiro já que o dinheiro de todos nós tem que ser muito bem gerido e o que se passa, muitas vezes, é que muitas casas não abrem para o turismo. Algumas, até, com financiamento. Por isso, continuo a dizer que os apoios que existem não funcionam para o TER.

Outro aspecto que não foi tocado foi o da formação sobre o que é que os empresários devem e podem fazer. Esta formação não está a ser dada.

Termino com uma pergunta ao Sr. Secretário de Estado do Turismo: Ainda há dinheiro para o Turismo?

Resposta do Dr. Rui Valente, Director Geral do Turismo – Não falei sobre as taxas de ocupação, mas foram referidas aqui. Temos consciência dos níveis e, aliás, quando se compara o número de camas com as dormidas (497 mil), tem-se a noção de que essas taxas são baixas e, desejavelmente, têm que aumentar.